

Presidente deve ser notificado hoje

Sarney

O Diário da Justiça publica hoje a notificação do Supremo Tribunal Federal (STF) para que o presidente Sarney explique as acusações que fez ao Partido dos Trabalhadores (PT), em entrevista concedida ao jornalista Carlos Chagas e publicada no *Jornal da Tarde* de 19 de julho último. Em suas declarações, o Presidente responsabiliza o PT por assaltos a bancos e pelos incidentes ocorridos no mês passado em Leme (São Paulo).

Após a publicação da notificação no *Diário da Justiça*, o PT deverá pagar as custas processuais (Cz\$ 15,00) para que a secretaria do STF possa encaminhá-la ao Presidente, que, uma vez ciente da mesma, terá 48 horas para respondê-la. A resposta servirá de subsídio para o partido decidir pelo pedido de abertura de processo-crime, pela Lei de Imprensa (injúria, calúnia e difamação), contra Sarney.

A notificação foi decidida pelo ministro Carlos Madeira, relator do processo no STF atendendo a pedido e interpelação judicial feito pelo PT, que também interpela naquela corte os ministros Marco Maciel, do Gabinete Civil; Paulo Brossard, da Justiça; e Almir Pazzia-

notto, do Trabalho, e, na Justiça Federal de Brasília, o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, delegado Romeu Tuma.

Os processos contra os ministros Marco Maciel, Paulo Brossard e Almir Pazzianotto — que têm como relatores no STF, respectivamente, os ministros Francisco Resek, Sidney Sanchês e José Néry da Silveira — ainda não foram despachados. A expectativa, entretanto, é de que todos eles deverão ser notificados, a exemplo do que aconteceu com Sarney.

O PT quer saber se o Presidente confirma as declarações publicadas no *Jornal da Tarde*; em que se baseia para afirmar que o partido procura conturbar o processo político, apelando para a luta armada; por que assinalou, ao lado dos acontecimentos de Leme, o assalto a uma agência bancária em Salvador e o assassinato do padre Josimo, no Bico do Papagaio; qual o fundamento da afirmativa de que a palavra de ordem do partido, no campo, é de que sem conflito não haverá distribuição de terras; além de outros esclarecimentos relacionados a esses casos e mencionados na entrevista.

14 AGO 1980